

**ADANG, Camilla et al. (Ed.). *Accusations of Unbelief in Islam: A Diachronic Perspective on Takfīr*. Leiden, Boston: Brill, 2015. 534 p.**

**Felipe Freitas de Souza<sup>1</sup>**

O recente livro, *Acusações de descrença no Islã: uma perspectiva diacrônica do takfīr*, nos traz uma reflexão sobre uma das práticas problematizadas ao longo da história da literatura acadêmica islâmica, o *takfirismo*. Declarar que alguém é um *kafir* é acusá-lo de descrença, algo extremamente grave nas sociedades muçulmanas ainda hoje. Em alguns casos, o tratamento dado ao *kafir* foi a execução. Entretanto, é importante indicarmos que o fato de ser um incrédulo não implicava necessariamente a execução do não muçulmano. Pelo contrário, houve em alguma medida a coexistência de membros de diferentes tradições, islâmicas ou não. Todavia, e isso a perspectiva diacrônica mobilizada na obra evidencia, o recurso ao *takfirismo* embasou-se muito mais na lógica das disputas intelectuais e políticas do que a obediência estrita à mensagem do Alcorão. Declarar o outro como incrédulo possui repercussões legais e sociais imediatas, apesar de todos muçulmanos concordarem que o que acontecerá no pós vida é assunto exclusivo de Allah, fora da esfera humana de influência. O *takfīr* também não foi proferido somente sobre indivíduos, mas também sobre grupos inteiros, demonstrando um posicionamento especialmente político e social de seu uso e que ainda hoje se pratica.

Na Introdução, os autores demonstram que a o Alcorão não traz uma mensagem explícita ao que fazer com o apóstata. Ele trará considerações sobre o *munāfiqūn*, o hipócrita, aquele que abraça o Islã só na dimensão externa, mas que o abandona em sua intimidade. A esse está assegurada uma punição na próxima vida,

---

Resenha recebida em 20/11/2016. Aprovada em 21/11/2016.

<sup>1</sup> Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' e mestrado em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Atualmente é aluno no Instituto Latino Americano de Estudos Islâmicos.

mas não a expulsão do corpo da *umma* (comunidade muçulmana). A literatura que embasará o *takfirismo* será então um corpo de textos, a *sunna* (costume), formada por *'ahādīth* (coletâneas de relatos, pl. de *ḥadīth*) atribuídos ao Profeta Muhammad. Tal literatura trará indicativos contra o *kufir* (descrença) e advertências contra o *takfir*, a ponto de afirmar que caso esteja equivocado aquele que declara o outro enquanto descrente incorre, ele mesmo, em descrença.

Apesar disso, proliferaram acusações de descrença após a morte do Profeta Muhammad e a conseqüente disputa por sua sucessão na liderança da comunidade. Por um lado, os Khārijīs afirmavam que os muçulmanos deveriam praticar o que praticavam e crer exatamente no que acreditavam, nas mínimas singularidades, ou não seriam fiéis. Por outro lado, os Murji'ī, afirmavam que era muçulmano todo aquele que pronunciasse a dupla declaração de fé em Allah e na profecia de Muhammad. Esses são extremos das posturas praticadas pelos muçulmanos no tocante ao *takfir*. Postura semelhante à dos Murji'ī prevaleceu no sunismo, apesar de haverem declarações de descrença também dentre os pensadores sunitas.

É importante ressaltar que a maioria dos muçulmanos não são empenhados, como os membros do Daesh (o auto intitulado “Estado Islâmico), em declarar a descrença alheia: medidas como a criminalização e ilegalidade do *takfir* pela Tunísia, dentre outras, indica o quanto a maioria dos muçulmanos não está empenhada em *fitna* (sedição, revolta) uns contra os outros. Entretanto, apesar da tolerância praticada entre os acadêmicos e a esmagadora maioria dos fiéis, declarar anátema outro muçulmano é uma prática profundamente enraizada, sendo crucial compreender suas origens e dinâmicas.

O *corpus* que os capítulos do livro abrangem são provenientes também da *sunna* e da interpretação que ela recebeu, mas principalmente de registros jurídicos, crônicas históricas e trabalhos literários. Os autores, professores e acadêmicos de centros de pesquisa na Europa, América do Norte e Oriente Médio, possuem longa trajetória de pesquisa. O tipo de *kufir* priorizado pelos pesquisadores é aquele no qual o(s)

muçulmano(s) tenha(m) incorrido, representando então as medidas que os próprios muçulmanos tomaram para afinarem os demais muçulmanos sobre seu próprio diapasão. A única constância é de que as definições de descrença, heresia, apostasia e blasfêmia variaram de acordo com o contexto no qual foram utilizadas.

O livro é dividido em duas partes. A Parte 1, *Takfir ao longo da História Islâmica*, é dividido em três seções, em ordem cronológica, que cobrem desde os primórdios do Islam ao período contemporâneo. Já a Parte 2, *Discutindo o Takfir: Diferentes Perspectivas*, trará um enfoque mais filosófico.

Na Seção 1, *O Período Inicial (Primeiro/Sétimo – Quarto/Décimo Século)*, os textos lidam principalmente com as primeiras cisões na comunidade islâmica, revelando as disputas pela legitimidade de interpretação do Alcorão – e, no contexto, pela legitimidade de liderança política. Seu primeiro capítulo investiga a prática de declaração de aliança (*walāya*) ou de cisão (*barā'a*) entre os Ibāḍis. O posicionamento dessa comunidade levou a sua fragmentação, uma vez que os próprios membros começaram a se acusar de descrença quando da disputa por sua liderança. O segundo capítulo discute as posturas perante os Qadaristas, demonstrando que nem sempre foram considerados incrédulos e que não há uma resposta definitiva no tocante ao status desse grupo, se são *kāfirs* ou não. As heresiografias foram a fonte principal desse capítulo. O terceiro capítulo trata das disputas sobre a condição dos maniqueus, dado que suas concepções dualistas contrastavam com o monoteísmo islâmico. A querela com os maniqueístas foi intensa a ponto de auxiliar na definição dos teólogos mutazilitas, da escola Mu'tazila, sobre sua própria teologia pelo debate constante. No quarto e único capítulo em francês do livro, tem-se um estudo do ramo xiita ismailita, alvo de frequentes ataques dos demais muçulmanos. A partir de uma refutação a uma acusação de descrença por al-Ghazālī, o autor investiga a resposta de um autor ismailita que denuncia sunitas e xiitas, mas que não os retrata necessariamente como incrédulos.

Na Seção 2, *O Período Clássico e Pós-Clássico (Quinto/Décimo Primeiro – Décimo Primeiro/Décimo Oitavo Séculos)*, tem-se trabalhos que lidam com uma cristalização dos posicionamentos das comunidades, com sistemas legais estruturados, o que dá uma dimensão legal para a condenação de descrença. Essa seção é aberta com um capítulo que aborda o vocábulo "incredulidade" em dicionários biográficos e crônicas históricas. Os estudos sobre a dicionarização de palavras se mostra como fundamental para compreender a prática do *takfīr*. São abordadas biografias de muçulmanos cientistas, investigando se lhes foram dispensados os tratamentos de incrédulo ou descrente. Surpreendentemente, os termos *kufir* e *kāfir* foram muito mais utilizados no período Aiúbida e Mameluco para os inimigos políticos estrangeiros (como Mongóis e Cruzados) do que para os cientistas e demais muçulmanos. Tem-se também um estudo sobre o *takfīr* no Egito e na Síria durante o Período Mameluco, onde investiga-se em peças judiciais as decisões sobre os acusados de incredulidade, discutindo o papel das escolas de pensamento nas decisões e identificando o potencial interventor que o sultão seria sobre tais julgamentos. Esse capítulo é seguido por um estudo sobre o reformista islâmico iraniano Faḍl Allāh Astarābādī, o qual alegou ter recebido revelações divinas. Esse assunto é muitíssimo mal visto ainda hoje: Muhammad é o Selo da Profecia, não havendo profetas posteriores a ele. A partir de um estudo das fontes dos Ḥurūfīs, temos indicativos sobre seu messianismo e seus fundamentos tidos como inovadores – acusação semelhante ao que os Bahá'ístas receberam. O penúltimo capítulo da seção aborda o movimento Qāḍīzādeli, de caráter cismático e tradicionalista, e o reavivamento do *takfīr* na Era Otomana. Esse movimento visava o retorno ao Islã praticado pelas primeiras comunidades muçulmanas – muito semelhante ao que os Wahhābīs sauditas propõe contemporaneamente. O repúdio aos movimentos místicos e às práticas que entenderam serem desviantes levou a um comportamento violento generalizado. O último capítulo da seção discute a acusação de descrença que o filósofo persa Mullā Ṣadrā Shīrāzī recebeu após sua morte, visando deslegitimar seu sistema e legado filosóficos.

Na Seção 3, *O Período Moderno*, tem-se temáticas que tangenciam desde a internet à misoginia apoiada pela acusação de descrença. Seu primeiro capítulo lida com a disputa entre os movimentos locais sunitas e a irmandade sufi Shamsiyya pela liderança religiosa na ilha de Androth, o que desuniu a comunidade e suas famílias. No capítulo seguinte, a autora investiga três clérigos sauditas que, utilizando a internet, declararam anátemas tanto o Estado quanto a família real saudita. No terceiro capítulo, tem-se um estudo dos que declaram a Democracia enquanto forma de *kufr*, bem como as pessoas que a endossam. O quarto capítulo é essencial: temos um estudo de três mulheres (Tūjān al-Fayṣal, Nawālal-Sa‘dāwī e Laylā al-‘Uthmān) que foram declaradas incrédulas exatamente por desafiarem o patriarcado, o que incorreu em perseguições a elas e suas famílias. Por fim, uma abordagem de um episódio na Suécia, em 2011, no qual um grupo de muçulmanos somalianos se converteu ao cristianismo, o que levou a debates sobre o papel dos muçulmanos e do Islam naquele país devido à reação dos demais membros da comunidade muçulmana perante o episódio.

Na Parte 2, *Discutindo o Takfīr: Diferentes Perspectivas*, tem-se estudos menos focados na questão historiográfica e mais centrados em temas que perpassam a história islâmica até a contemporaneidade, presando pela pluralidade de religiosidades presentes no Islã e a filosofia que as envolve. O primeiro aborda o “Islã essencial”, discutindo o mínimo que um muçulmano precisa saber, utilizando as variações de um *ḥadīth* para averiguar o que seria um “núcleo” da fé islâmica e os elementos que o orbitam: a narrativa afirma que aquele que acreditar na unicidade de Allah estará salvo. Esse excesso de inclusão logo foi comprometido com o acréscimo de cláusulas para essa salvação, cláusulas essas que convenientemente apoiavam as leituras sunitas e xiitas. No capítulo seguinte, o autor elabora considerações xiitas sobre se aquele que abandona a oração, intencional ou acidentalmente, é um incrédulo. São utilizadas as narrativas dos Imames xiitas que coincidem em pontos com o pensamento sunita acerca do muçulmano que não ora. No capítulo seguinte, o autor discute a construção conceitual da escola sunita hanafita sobre os “direitos de Deus” e os comportamentos

para com Allah que deveriam ser punidos nessa vida, não devendo aguardar a morte do fiel para o seu julgamento. Investiga-se no quarto capítulo as acusações de descrença que o poeta abássida Abū Nuwās recebeu por seu estilo e pelos temas de suas obras. O autor mostra que a acusação de descrença poderia ser nada mais que uma desculpa oportunista para vingar-se de alguém com a fachada da indignação. Finalizando a obra, o último capítulo apresenta uma postura diametralmente oposta ao *takfīr*: o esforço para lidar de modo libertário e tolerante com aquele que não compartilha da mesma fé. Partindo dos trabalhos de Ibn al-‘Arabī e da Ismā‘īlī Ikhwān al-Ṣafā, ou *Brethren of Purity* (“Irmandade da Pureza”), tem-se suas proposições de que deveríamos nos afastar da discussão e da disputa, pois isso levaria ao *takfīr* de uma das partes. Isso seria incoerente com a prática do muçulmano: dado que cada religião teria seu quinhão de verdade, o verdadeiro conhecimento religioso envolveria o respeito prático a cada fonte possível no qual se manifestasse.

A presente obra, com todas essas contribuições históricas, historiográficas e filosóficas, é de fundamental importância para compreendermos as disputas pela leitura legítima do Alcorão, bem como as implicações de adotar-se essa ou aquela postura. Apesar do *takfīr* ser amplamente desaprovado e desestimulado na *sunna* do Profeta, nem sempre os ensinamentos, feitos e exemplos dos muçulmanos foram condizentes com a proposta de convívio e tolerância para com os demais crentes. A questão que se coloca é: em que medida alguém ou um grupo justifica a própria fé pela condenação e geração de estratégias de preconceito perante outras pessoas ou grupos? Encontrar no outro a própria potencialidade não deveria partir da condenação mútua, mas sim do reconhecimento da potencialidade de salvação que, conforme relatado no Alcorão, atingirá aquele que é agraciado pela Vontade Divina no Dia do Juízo; afinal "(...) se Allah quisesse, teria feito de vós uma só nação; porém, fez-vos como sois, para testar-vos quanto àquilo que vos concedeu. Empenhai-vos, pois, na prática de boas ações, porque todos vós retornareis a Allah." (Alcorão 5:48, versão de Samir El Hayek). Eis, no Alcorão, uma das principais advertências contra o *takfīr*.

